

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO

GARIMPANDO FONTES EM ACERVOS SOBRE MULHERES PIONEIRAS: O CASO DA ADVOGADA MYRTHES GOMES DE CAMPOS

¹Beatriz Olivencia Piolla (PIBIC-CNPq); ²Nailda Marinho da Costa Bonato (Orientadora).

1 – Curso de Licenciatura em Pedagogia; Escola de Educação; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Departamento de Fundamentos da Educação; Escola de Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação; Centro de Ciências Humanas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: CNPq; FAPERJ.

PALAVRAS-CHAVE: história da educação feminina; ensino superior; Myrthes Gomes de Campos

INTRODUÇÃO

O resumo é fruto do subprojeto “Garimpando fontes em acervos sobre o ensino superior para mulheres” como parte do projeto “Mulheres no ensino superior: trajetórias de lutas e conquistas”. Coordenado pela professora Nailda Marinho, na perspectiva de gênero (SCOTT, 1990; GONÇALVES, 2006) o projeto tem entre seus objetivos: (a) mapear acervos e fontes documentais (escritas, imagéticas) pertinentes a educação feminina de ensino superior do século XIX ao XX visando a produção de um repertório de fontes para publicação; (b) buscar trajetórias de mulheres que lutaram pelo ensino superior, seja para reforçar aquelas já conhecidas, ou para fazer emergir aquelas ainda anônimas. Este projeto foi contemplado pelo Edital FAPERJ n.17/2012 – Programa “Jovem Cientista do Nosso Estado” e vem sendo desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB). Desta forma, o subprojeto visa levantar e localizar documentos acerca da história das mulheres no e de ensino superior. Especificamente, estamos focando a trajetória da advogada Myrthes Gomes de Campos.

OBJETIVO

Articulados aos objetivos do projeto, o subprojeto tem como objetivos: a) fazer um levantamento de fontes documentais sobre a educação/ensino superior para mulheres em instituições de memória, centros de documentação e entidades de organização feminina, tendo em vista o período de estudo da pesquisa-matriz e o preenchimento da ficha de descrição; b) identificar e buscar trajetórias de estudantes das instituições de ensino superior para produção de verbetes; c) realizar pesquisa bibliográfica sobre o uso de fontes documentais em pesquisas científicas; d) participar do grupo de estudos visando aprofundar conhecimentos sobre educação/ensino superior para mulheres no período de investigação.

METODOLOGIA

Dando continuidade as ações do subprojeto, adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Neste sentido realizamos leituras sobre educação feminina, gênero e ensino superior (BONATO 2007, 2011; HAHNER, 2003; PINSKY 2012; CUNHA, 2007). Para maior compreensão dos conteúdos das fontes documentais encontradas, a pesquisa bibliográfica é associada à pesquisa documental, unindo leitura, discussão e debate durante as reuniões do grupo de pesquisa NEPHEB. Focando a trajetória da advogada Myrthes de Campos, quanto à pesquisa documental, estamos consultando os acervos digitais da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional; e assim preenchendo a ficha de levantamento e descrição documental produzida para ser utilizada em todo o projeto-matriz. Como indexadores (palavras-chave) de busca, temos: ensino superior; curso de Direito; Myrthes Gomes de Campos. Esse procedimento foi definido tendo como referência os resultados obtidos a partir da consulta ao site do IAB e ao acervo in locu; resultados que foram apresentados na 12ª JIC.

RESULTADOS

A trajetória de mulheres pioneiras vem sendo estudada juntamente com a história da universidade. A leitura de Cunha (2007) mostra a criação dos cursos jurídicos no Brasil. A partir de um decreto do Imperador Pedro I, em 9 de janeiro de 1823, foi criado no Município da Corte um curso jurídico. Entretanto, apenas em 2 de março de 1825 é elaborado um projeto de estatuto pelo Conselheiro de Estado Visconde de Cachoeira, possibilitando a efetiva criação. Em São Paulo e Olinda, dois anos mais tarde também foram criados esses cursos. Ainda de acordo com Cunha, em 1854, o decreto de 28 de abril, transforma os cursos jurídicos em faculdades de Direito. “Os cursos jurídicos conferiam o grau de bacharel aos estudantes que concluíssem os estudos regulares, e o de doutor aos que, além disso viessem a defender teses públicas”. Myrthes Gomes de Campos (1875-1965), embora não tenha sido a primeira mulher a graduar-se em Direito no Brasil (isso é creditado a Maria Augusta Saraiva), Myrthes foi a primeira a legitimar-se na profissão (SCHUMACHER e BRAZIL, 2000) e a primeira mulher a tornar-se membro do IAB. Ela bacharelou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais em 1898. A visita ao IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros, no Rio de Janeiro, proporcionou a ampliação das fontes sobre Myrthes Gomes de Campos, assim como a possibilidade de estudos sobre sua trajetória como estudante e advogada. Além da documentação encontrada sobre ela no Instituto apresentada na 12ª JIC, a continuidade da pesquisa proporcionou o encontro de novas fontes. Foram encontradas nos acervos do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional notícias sobre a advogada nos jornais O Paiz, Correio da Manhã e Diário Oficial, entre o período aproximado de 1895 a 1930. Como exemplo de notícias, em janeiro de 1896 é publicada no Diário Oficial a relação dos candidatos inscritos para os exames gerais e preparatórios para o Externato do Gymnasio Nacional, nos quais consta o nome de Myrthes, aparecendo posteriormente na lista dos candidatos aprovados. A partir desses e de outros documentos,

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

elaboramos e apresentamos trabalhos em eventos científicos como o III Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro – EHed-RJ, realizado na PUC-Rio. Estamos ainda produzindo uma biografia e um verbete sobre a advogada para constar no Repertório de Fontes.

CONCLUSÃO

No estágio em que se encontra, o subprojeto como uma ação de Iniciação Científica, tem contribuído para a busca, encontro e análise de fontes documentais pertinentes a mulheres pioneiras na luta e conquista do espaço de formação de ensino superior, assim como para a inserção e permanência no espaço de atuação profissional. Assim apresentamos a advogada Myrtes Gomes de Campos.

REFERÊNCIAS

- BONATO, Nailda. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: Uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. Revista Acervo, 18, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/177/144>>. Acesso em: 13 Mai. 2014.
- _____. Relatório Científico do projeto As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação feminina. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007. (Digitado)
- _____. Projeto de pesquisa Mulheres no ensino superior: trajetórias de lutas e conquistas. Rio de Janeiro: Unirio, 2011. (Digitado)
- CUNHA, Luiz Antonio. A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia a Era Vargas. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.
- GONÇALVES, André Lisly. História e gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.45-84. (História & Reflexões, 9).
- HAHNER, June E. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940). Tradução Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.
- SCHUMACHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital (orgs). Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SCOTT, Joan. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. FASED/UFRS, 15(2): JUL/DEZ, 1990. P.1-28.